



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Ruy Mauro Marini e o Subimperialismo Brasileiro			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Laura Beraldo Amaral	Universidade Federal Fluminense	UFF	Estudante
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
A categoria do subimperialismo, construída por Ruy Mauro Marini, vem sendo resgatada por diversos autores no estudo do capitalismo brasileiro. Ruy Mauro Marini, ao definir o subimperialismo, busca explicar as especificidades geradas no contexto das mudanças da divisão internacional do trabalho do pós-II Guerra e da emergência de subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial. Sua análise tem como elementos norteadores as particularidades da economia dependente e suas leis próprias, com destaque para a superexploração do trabalho. O objetivo deste trabalho é apresentar, ainda que de forma preliminar, as bases do pensamento de Ruy Mauro e as dimensões que compõe o fenômeno do subimperialismo.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Teorias da Dependência; Ruy Mauro Marini; Subimperialismo			
ABSTRACT			
The category of sub-imperialism, built by Ruy Mauro Marini, has been rescued by several authors in the study of Brazilian capitalism. Ruy Mauro Marini, in defining the subimperialismo, seeks to explain the specifics of the changes generated in the context of the international division of labor in post-World War II and the emergence of subcenters accumulation of economic and political world. His analysis is guiding the specific elements of the dependent economy and its laws, especially the over-exploitation of labor. The objective of this paper is to present the foundations of thought by Ruy Mauro and dimensions that make up the phenomenon of sub-imperialism.			
KEYWORDS			
Sub-imperialism, Ruy Mauro Marini			

Introdução

Expoente da Teoria Marxista da Dependência (TMD), Ruy Mauro Marini ainda é um teórico bastante desconhecido. Marini foi militante da organização marxista Política Operária (POLOP) e fez parte da crítica a interpretação a ação políticas dos PCs que predominavam nas organizações políticas de esquerda. Em 1964, após o golpe civil-militar, foi preso, torturado e se exilou no Chile e no México, onde encontra um fértil espaço de debate crítico¹.

Ao longo de anos de intensa atividade intelectual no exílio, Marini desenvolveu um conjunto rico de categorias articuladas entre si que contribuíram para a compreensão da problemática dos países Latino-Americanos. As categorias de análise como *dependência*, *superexploração do trabalho*, *intercâmbio desigual* e *subimperialismo* estruturam o corpo teórico do autor.

¹ Marini relata sua trajetória política e intelectual na *Memória* (2005 [1990])

O conceito de *subimperialismo* foi cunhado num esforço teórico pela “superção do enfoque meramente institucional – e, freqüentemente jurídico – que privava nas análises da política exterior latino-americana, motivando os estudiosos a investigar suas determinações econômicas e de classe” (Marini, 2005[1990], p.71).

Ao longo de sua trajetória de investigação sobre o capitalismo dependente latino-americano, reuniu várias de seus apontamentos e propôs o conceito de *subimperialismo* com o objetivo de explicar o processo de expansão das economias dependentes nos anos 60 e 70. A nova divisão internacional do trabalho surgida nos anos posteriores à segunda guerra mundial faz emergir subcentros econômico e políticos que, ainda de seu modo dependente e subordinado, chegam a níveis de concentração e centralização de capitais típicos da etapa dos monopólios e do capital financeiro.

Marini (1974) ressalta que as bases do fenômeno subimperialista estão justamente na conjunção das leis próprias da economia dependente com essa nova divisão internacional do trabalho. O subimperialismo origina-se assim:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores)” (MARINI, 1974, p. 8).

A problemática do subimperialismo foi discutida em diferentes escritos, de forma descontínua, sem que Marini deixasse um texto conclusivo sobre sua investigação, tornando os esforços de sistematização do debate bastante relevantes. (Luce, 2011)

Além disso, o aumento das exportação de capitais na forma das multinacionais brasileiras; a orientação da política externa brasileira buscando maior destaque na integração regional e projeção internacional entre outros elementos vem impulsionando o resgate do debate em torno do subimperialismo como o elemento explicativo do capitalismo brasileiro do início do século XXI. Daí surge necessidade de voltarmos aos originais dos escritos de Marini, tarefa muitas vezes complicada pela dificuldade de acesso os textos, para analisarmos a pertinência do uso desse conceito.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar os elementos que estruturam o conceito do subimperialismo, examinando-o em sua dupla dimensão de fenômeno histórico e de categoria de análise. Na primeira parte, iremos discutir as transformações do pós Segunda Guerra mundial e a

emergência dos subcentros de acumulação de capital. Em seguida, apresentaremos o esquema de realização do subimperialismo. Na terceira seção, será debatido como se dá a relação contraditória entre a economia dependente e os países do centro da acumulação de capital. Por fim, tecerei breves comentários a título de conclusão.

1- O surgimento de subcentros de acumulação

A expansão e aceleração do capital produtivo e do capital dinheiro no pós Segunda Guerra Mundial configuram as novas relações na economia mundial capitalista em um formato distinto da divisão internacional do trabalho que regia antes da crise mundial. O modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas, não dá conta da complexidade do novo período em que a indústria assume o papel cada vez mais relevante. “O resultado foi um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas de forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros médios de acumulação – que são também potências capitalistas médias – o que nos levou a falar da emergência de um subimperialismo.” (Marini, 1977, p.8).

O intenso processo de concentração de capital em escala mundial coloca a disposição das grandes cooperações uma abundância de recursos, que necessitavam buscar aplicação no exterior. (Marini, 1974). No entanto, as exportações de capitais, por si só, não é um fenômeno novo do capitalismo contemporâneo, adverte Marini (1977). A novidade desse período está na escala que assume as inversões de capitais fora de seu país de origem, a predominância em investimentos diretos – no setor industrial- e o peso que atinge os empréstimos e financiamentos.

A América Latina se inseriu em condições favoráveis nesse movimento da acumulação mundial em comparação a maior parte dos países da África e Ásia. Isso porque, no período entre guerra, as economias latino-americanas² - como Brasil, México, Argentina e Chile - tiveram um maior desenvolvimento relativo na medida em

² “Esto se ilustra por el comportamiento de la inversión norteamericana en la zona. Tras la reducción que experimentó a raíz de la crisis de 1929, y que implicó que su valor cayera de 3.5 mil millones de dólares en aquella fecha para 2.7 mil millones en 1940, la inversión directa norteamericana entra en proceso de recuperación, superando ya en 1950 ligeramente la cifra de 1929. Pero, ahora, con un signo distinto: mientras, en 1929, la inversión directa norteamericana en la industria manufacturera de América Latina no representaba sino el 6.7% del total, en 1950 alcanza ya el 19.1%; este porcentaje irá en aumento, creciendo más rápidamente que la inversión total, para representar en 1967 el 32.3% de la misma (ver cuadro 5). Tres países se llevan más de dos tercios de ella y, en éstos, la proporción que cabe al sector manufacturero es mucho más elevada que el promedio: 64% para Argentina, 68% para México y 69% para Brasil, en 1968 según datos de la CEPAL.” (Marini, 1977, p.9)

impulsionaram o processo de industrialização, o que lhes permitiu incorporar os fluxos de investimento externo do período em questão.

Esa penetración del capital extranjero en la economía latinoamericana, y en particular en su sector manufacturero, es presentada por algunos autores como un proceso de internacionalización del mercado interno. La expresión se presta a confusión. [...]. **Lo que caracteriza realmente el periodo de la posguerra es la reconquista de ese mercado por el capital extranjero, pero ya no a través del comercio, sino más bien de la producción. Más que de la internacionalización del mercado interno, se trata de la internacionalización (y la consiguiente desnacionalización) del sistema productivo nacional, es decir, de su integración a la economía capitalista mundial.** (Marini,1977, p.10,grifos meus)

Esse movimento de integração dos sistemas de produção se deu a partir de transferências de atividades produtivas – como a siderurgia – que haviam se tornado ultrapassados pelo avanço tecnológico nas economias do centro, elevando, com isso, a composição orgânica das economias dependentes. Porém as etapas mais avançadas de produção – como a indústria eletrônica – e o monopólio da tecnologia permanecem restritas às economias do centro.

Dessa forma, as economias latino-americanas chegavam a fase da indústria pesada, aumentando a participação industrial no produto interno dos países dependentes, sob um intenso processo de centralização e concentração de capitais³. Trata-se, com isso, da emergência de subcentro de acumulação de capital e uma nova hierarquização da economia capitalista mundial.

O caso brasileiro é bastante significativo. Considerando aquelas empresas com mais de 500 empregados, enquanto 13,5% pertenciam ao capital nacional, 44,4% eram empresas estrangeiras. (Marini, 1977) . Como principal destino da exportação dos capitais norte-americanos na América Latina, que se localizam em especial na produção industrial, o Brasil se tornava um país medianamente industrializado que se projetava como país-chave na região.

Marini (1977) argumenta que, além da elevação da composição orgânica da economia dependente, “as condições econômicas [do advento do subimperialismo também] relacionam-se com a expansão do capitalismo mundial nos anos setenta e sua particular expressão: o *boom* financeiro”. (p18)

³ “(...) esto acompaña la ampliación de escala de la acumulación capitalista, siendo un fenómeno natural; sin embargo, por las condiciones económicas de los países avanzados, en que son mayores los niveles tecnológicos y de capital mínimo exigido para la puesta en marcha de la producción, la inversión extranjera, al incidir en una economía más atrasada, provoca de golpe una fuerte concentración del capital y conduce prontamente a la centralización. ” (Marini, 1977, p. 10)

O processo de expansão do capital-dinheiro teve início em meados da década de 1960, entretanto, em seus primeiros anos, afetou pouco os países subdesenvolvidos. A partir da década de 1970, o fluxo de capitais privados, em particular de euromonedas, se direciona para estes países e o Brasil assume em posição relevante com país para recebê-los, como mostra Marini :

O Brasil se colocou na primeira fila, entre seus receptores, no mesmo momento em que o mercado de euromonedas dobrava, em menos de quatro anos, suas disponibilidades: de 45 bilhões de dólares, em 1969, a 82 bilhões, na metade de 1972. (...) A estrutura institucional e jurídica brasileira, para atrair o fluxo de dinheiro, havia começado a se armar desde que o regime militar assumira. Em 1965, se ampliou o regime proporcionado ao capital estrangeiro, mediante a modificação da Lei N° 4131 de 1962, que lhe proporcionava já condições bastante vantajosas, e se abriu a porta para a contratação de empréstimos em dinheiro entre empresas estrangeiras e locais. A partir de 1967, novas medidas facultaram os bancos comerciais e de investimento a tomarem e repassarem a empresas no país créditos para financiar seu capital fixo e de giro. Surge então um verdadeiro mercado de capitais no país. (p.18)

Uma característica importante do mercado de capitais a ser destaca foi a enorme concentração do volume transacionado de capital de empréstimo na indústria manufatureira, sobretudo de produtos de luxo, além disso, através do sistema bancário, o financiamento ao consumo suntuário cumpriu o papel de dar dinamismo a essas indústrias.

Enfim, Luce (2011, p.127), ao colocar o debate de Marini em Subdesarrollo y Revolucion, afirma que a consolidação de mercado de capitais no país teve como consequência “a monopolização em favor da indústria suntuária; a absorção de empresas médias e pequenas pelo grande capital, ou seja, a centralização do capital; a integração definitiva do grande capital nacional ao capital estrangeiro; e a expansão subimperialista do capitalismo brasileiro, associado aos capitais do imperialismo dominante, sobretudo estadunidense.

Nesse sentido, a integração da economia brasileira ao capital produtivo e ao capital dinheiro internacional – ao capital financeiro internacional – contribuiu para a ascensão do Brasil como um subcentro da acumulação mundial, com um parque industrial desenvolvido, ainda que sob um desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo, e com de um mercado de capitais operando no país.

Lanzado en a órbita del capital financiero internacional, el capitalismo brasileño haría todo por atraerse el flujo monetario, aunque no fuera capaz de asimilarlo íntegramente en tanto que capital productivo y debiera reintegrarlo al movimiento internacional de capitales. Con ello, a su estilo dependiente y subordinado, Brasil entraría en la etapa de exportación de capital, así como a la rapiña de materias primas y fuentes de energía en el exterior, como el petróleo, el hierro, el gas. (Marini, 1977, p.19)

Dessa forma, Marini (1977) aponta que o subimperialismo é a forma com que pode assumir a economia dependente ao chegar na fase dos monopólios e do capital financeiro. Ou seja,

el subimperialismo corresponde al surgimiento de puntos intermedios en la composición orgánica del capital a nivel mundial, a medida que éste progresa en la integración de los sistemas de producción, así como a la llegada de una economía dependiente a la fase del monopolio y del capital financiero. Igualmente se puede identificar a Brasil como la más pura expresión del subimperialismo, em nuestros días.(Marini, 1974, prefácio)

No entanto, em diversas passagens, Marini alerta para o fato de que não basta chegar a determinado grau de composição orgânica do capital para caracterizar o fenômeno do subimperialismo que é resultado um rico e complexo conjunto de determinações. A seguir veremos o subimperialismo enquanto uma forma que a economia dependente encontra para deslocar suas contradições, o esquema de realização do subimperialismo.

2- O subimperialismo como esquema de realização

A gênese do fenômeno do subimperialismo encontra-se na conjugação das peculiaridades que assumem o ciclo de capital nas economias dependente com o momento histórico de expansão de capitais para o setor industrial e de capitais de empréstimos, como apontou Marini na passagem citada na introdução deste trabalho. Iremos analisar agora as consequências do processo de industrialização na estrutura produtiva brasileira, em particular, como esse movimento agudizou algumas das contradições do capitalismo dependente fazendo eclodir, no caso brasileiro, uma crise realização nos anos 60 e colocando a necessidade de novas formas de acomodação das tensões.

Considerando o impacto do capital estrangeiro na estrutura industrial da economia brasileira, Marini (1977) destacou que muitas das indústrias que se instalaram aqui, de maneira direta ou indireta, produziam mercadorias de luxo para as condições da América Latina. Com isso, a parque industrial foi remodelado em favor desse tipo de produção. O caso do Brasil é significativo. Em 1950, os ramos têxteis e de alimentos respondiam por 50% do valor total da produção; em 1960, esta proporção cai para 36,24%, enquanto se eleva a participação do ramo material de transporte de 2,28% a 6,7%, da indústria química de 5,13% a 8,85% e da metalurgia de 7,51% a 10,4%; em 1970, os ramos de têxteis e de alimentos contribuíram somente com 29,49% do total, enquanto os outros três subiam a 8,2%, a 10,89% e a 12,47% respectivamente.⁴ (Marini, 1977, p.12)

Embora isto apareça, em abstrato, como natural e bom, há que ter presente, para tomar um só exemplo, que o ramo material de transporte encontra-se fortemente influenciado pela indústria automotriz, que produz prioritariamente carros de passeio e que se constituiu no eixo da expansão econômica

⁴ Os dados para o Chile indicam, por sua vez, que, entre 1960 y 1967, enquanto o ramo de material de transporte crescia 16.7% anuais, o ramo de vestuário e calçados teve um crescimento de somente 1.4%, inferior a taxa de crescimento demográfico. (Marini, 1977, p.12)

brasileira dos últimos anos, situando-se no nono lugar da produção mundial e induzindo de forma direta o desenvolvimento da produção metalúrgica, química, etc. (Idem, ibidem)

Marini adverte que o movimento de exportação de capitais em questão era resultado, em grande medida, do desenvolvimento de novos ramos da produção nos EUA e nos demais países do capitalismo central. Com isso, as mudanças da estrutura produtiva se deu em função das indústrias de bens suntuários e da indústria pesada, agudizando a cisão entre a esfera baixa e a esfera alta do consumo que caracteriza os países dependentes⁵.

Dessa forma, o desenvolvimento industrial das economias latino-americanas, em especial, a brasileira tenderam a apoiar-se na expansão de um mercado constituído pelas camadas de média e alta renda, divorciando, portanto, ainda mais das necessidades de consumo da massa. Marini (1973) aponta que, ao se concentrar de maneira significativa nos setores produtores de bens supérfluos, o desenvolvimento da economia brasileira acabaria por colocar graves problemas de realização. Isso porque, à medida que a indústria de bens duráveis se consolida como setor dinâmico, as contradições entre produção e realização⁶ chegam a tal ponto que precisam de novas formas que reestabelecessem a unidade, permitindo a continuidade da reprodução ampliada do capital dependente.

Essa contradição fez com que eclodisse, no Brasil, em começos da década de 1960, uma crise de realização. A crise dos 60 expressou a impossibilidade da indústria de bens duráveis seguir o curso da reprodução ampliada se fossem mantidos os mesmos limites da estrutura do mercado interno, determinados pela superexploração do trabalho. Coloca-se, assim, a necessidade de deslocar, de restaurar a unidade entre produção e realização⁷ para que a reprodução do capital dependente pudesse seguir seu curso.

Dessa maneira, essas contradições adquiriram novas formas, manifestando-se em um determinado modo de realização, o subimperialismo. Ou melhor, o subimperialismo é resultado de um esquema que sistematiza os elementos gestados para contrarrestar esta crise:

⁵ Marini (1973) argumenta que os países dependentes possuem particularidades geradas pelo tipo de inserção na acumulação mundial de capital, na medida que estabelecem uma relação de dependência com os países centrais. Trata-se assim de um capitalismo sui generis, cujo ciclo do capital é condicionado por tal posição, ou seja, pelas trocas desiguais e pelas transferências de valor que ocorrem em favor dos países centrais.

⁶ Essa contradição assume no capitalismo dependente um papel próprio. Segundo Marini (1973, p.162), “a base real sobre a qual se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo da articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não dependente da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias.”

⁷ Veremos a seguir que tal crise não é apenas econômica.

[...] atendendo sempre aos interesses do grande capital, o novo regime coloca uma solução distinta a essa crise, que se baseia em dois elementos: em primeiro lugar, **a exportação de manufaturados**, tanto de bens de consumo duráveis como não duráveis, sendo conveniente assinalar que a exportação desses últimos compreende a elevação do nível tecnológico das empresas, o que implica maiores possibilidades de absorção de bens de capital; em segundo lugar, **o aumento da capacidade de compra do Estado**, mediante uma ativa política de desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, de eletrificação e reequipamento das forças armadas - tudo isso acarretando uma expansão do mercado para os bens de capital (Maniri, 1974, p. 193, grifos meus).

Posteriormente, Marini adiciona mais um elemento:

Na perspectiva do esquema subimperialista, o que surge assim é a terceira pata na qual ele se apoia: "**a sociedade de consumo**" à **moda da casa**, criada mediante a transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas (idem, ibidem, p. 197, grifos meus).

Marini descreve a combinação dos três elementos – o mercado externo, o Estado e o consumo suntuário/redistribuição regressiva da renda - como própria do esquema de realização do subimperialismo que cumpriu a função de restaurar a unidade entre a produção e a realização do valor. Esse esquema de realização tem um papel de válvula de escape para as contradições do capitalismo dependente. Luce (2011, p.22), ao apresentar esse debate, coloca que “se a perspectiva da crise punha em risco a continuidade do ciclo do capital, o *esquema de realização do subimperialismo* permite restabelecer a unidade entre produção e circulação e, por conseguinte, a realização da mais-valia extraída dos trabalhadores”. Vamos agora à análise cada um desses elementos.

O *consumo suntuário* configurou-se plenamente como o último elemento do esquema de realização. Marini (1977) definiu o consumo suntuário com aquele que é constituído pelo mercado de bens de luxo, em contraposição com os bens de consumo necessário, que fazem parte do consumo normal dos trabalhadores.

O consumo suntuário se torna um elemento revelante no esquema de realização na medida em que o setor dinâmico da economia brasileira é aquele produz esse tipo de mercadoria (automóveis, eletrodoméstico, ou seja, bens suntuários, bens duráveis). Nesse sentido, vale destacar também que o mercado interno possui características próprias da economia dependente o que limita sua ampliação. O fato de que a economia brasileira ser baseada na superexploração da força de trabalho não se

constituiu em um obstáculo ao dinamismo do consumo bens duráveis. A superexploração do trabalho se, por um lado, limita o consumo dos trabalhadores, por outro, permitiu a favorecimento do consumo das camadas médias e altas na medida em possibilitou uma redistribuição de renda a esses setores. Marini (1977a) apresenta o debate:

A superexploração do trabalho em que se baseia o modelo de reprodução, e que leva a que, desde 1965, o salário real operário tenha se reduzido a aproximadamente a metade, não é obstáculo para isto. Na verdade, permite uma redistribuição regressiva da renda, não só em favor da classe capitalista, mas também das camadas médias, conformando um mercado limitado, porém dinâmico para a produção de bens mistos e outros produtos suntuários. Essa acentuação do hiato (*brecha*) entre a esfera alta e esfera baixa da circulação nacional implica, desde logo, que se agrava o divórcio entre o desenvolvimento do aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas, traço inerente ao capitalismo dependente (Marini, 1977a).

Assim, a redistribuição regressiva da renda que a superexploração permite cumpre a função de uma válvula de escape para a reprodução do capital dependente. Além de ter sido uma contraparte econômica, esse mecanismo desempenhou um papel de neutralizar setores da burguesia em favor do endurecimento político do regime estabelecido pelo AI-5:

A essa resposta política corresponde, no plano econômico, a intensificação da exploração dos trabalhadores, acentuando-se a válvula (*tapón*) mediante a qual se poderá transferir (sob a forma de crédito, subsídios e salários) poder de compra às camadas médias e altas. (...). A neutralização de amplos setores da pequena burguesia e a adesão de outros à política da ditadura não nascem tão somente do terror, mas também do suborno, suborno que interessa objetivamente ao grande capital.(...) Com isto, se dinamizava o mercado interno, atendendo-se parcialmente aos interesses da pequena e da média burguesia, sem desatender em nada os interesses do grande capital. A ditadura lograva conciliar as contradições interburguesas, o que logo se refletiria em sua consolidação política.(...) (Marini, 1974, p. 196-7).

O segundo elemento do esquema de realização subimperialista é a exportação e, em particular, a *exportação de mercadorias*⁸. De acordo com Marini (1978), o mercado externo exerce uma função decisiva na medida em que amplia o campo de circulação da economia dependente assegurando as condições para o desenvolvimento da acumulação e proporcionando uma válvula de escape para realizar o capital-mercadoria em face à contradição produção-consumo agudizada pela superexploração do trabalho⁹.

⁸ Marini (1977) alerta para que “se tiende muchas veces a confundir la exportación de manufacturas con el concepto de subimperialismo. Desde luego, éste implica la exportación de manufacturas, así como la lucha por mercados se encuentra también presente en el concepto de imperialismo. Sin embargo, el modo mismo mediante el cual se realiza la exportación de manufacturas, o sea la forma que asume el fenómeno, señala ya diferencias, que apuntan al hecho de que no basta exportar manufacturas para ser un país subimperialista.”

⁹ Essa função pode ser constatada à medida que: “nada de ello impide que el aumento de las exportaciones corresponda a una expansión de la producción más rápida que la del consumo interno, lo que implica que la economía subimperialista deba acentuar su volcamiento hacia el exterior, so riesgo de bloquear su proceso de acumulación. Si

O papel do mercado externo, em especial para as empresas da indústria automobilística, fica evidente mediante o cruzamento de alguns indicadores fundamentais. Marini (1977a) mostra que, segundo dados da CEPAL, as exportações de manufaturados, excluindo os produtos semielaborados, representavam, em 1964, 7% das exportações totais, mas, em 1970, chegaram 15% e, em 1975, atingiam a casa dos 30% do total. Em seguida, nosso autor destaca que o “notável crescimento da exportação de manufaturas por parte de um país como o Brasil em que amplas maiorias da população não alcançam os níveis mínimos de consumo, confirma a tendência apontada anteriormente, ou seja, a cisão entre a produção e as necessidades das massas”.

Marini (1977) destaca que o processo de exportação de mercadoria trata-se de fenômeno que tem início na segunda metade da década de 60, no entanto, torna-se ainda mais significativo na década de 70.

la situación del país donde el cambio de tendencia ha sido más acentuado: Brasil; en 1964, sus exportaciones de manufacturas sumaban menos de 100 millones de dólares y no representaban sino un 7% del total de sus exportaciones. (...) Desde entonces, para Brasil, las cosas han cambiado sustancialmente. En 1972, sus exportaciones de manufacturas alcanzaban ya a los mil millones de dólares, lo equivalente a la cuarta parte de sus exportaciones totales (ver cuadro 9); se han registrado casos como el de Mozambique, hacia el cual las exportaciones brasileñas de manufacturas se multiplicaron por más de diez en tres años, pasando, entre 1968 y 1970, de 92 a 968 mil dólares. (...) Con menos intensidad, el fenómeno se presenta también en otros países de grado de desarrollo relativo similar, como México y Argentina, pero también en países de menor desarrollo, como El Salvador. (p.13-14)

Segundo Luce (2011), em 1973, diante do esgotamento do dinamismo da esfera alta do consumo, uma nova articulação entre o mercado externo e o Estado se tornou mais relevante¹⁰. Nesse período, a camada alta do consumo no mercado doméstico passou a apresentar limites como fator dinamizador da indústria automotriz devido sobretudo às restrições ao crédito da nova conjuntura econômica impunha¹¹.

consideramos el período posterior a 1968, por ejemplo, y descartamos los años de crisis (en los que, precisamente, esa tendencia empezó a perfilarse, permitiéndonos captarla), observamos que el PIB creció un 10% al año, declinando después de 1974, lo mismo que sucedió con el PIB manufacturero, cuyas tasas de crecimiento en la fase de prosperidad fueron de un 13% anual; mientras tanto, las exportaciones aumentaron, en el período 1968-1976, a una tasa anual del 20% y las exportaciones de manufacturas lo hicieron a un ritmo todavía más rápido, por encima del 50%”(Marini, 1978)

¹⁰ Essa articulação entre o Estado e a exportação de mercadorias e capitais será fundamental, não só no esquema de realização, mas também para a consolidação da hegemonia regional brasileira no cone sul. Essa outra dimensão do subimperialismo veremos na próxima seção.

¹¹ Luce (2011) mostra que “em pleno ano de 1975, que compõe o intervalo marcado por magras taxas de crescimento do setor, a indústria de automóveis apresentava seu nível histórico mais alto como percentual do produto industrial (14,6%) – marca que seria ultrapassada somente nos últimos anos, sob a política de isenção de IPI para a compra de carros praticada pelo governo Lula, na conjuntura da crise mundial ” (p.128)

Por fim , o *Estado*, terceiro elemento, desempenha seu papel no esquema de realização mediante a criação de uma política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais e de um complexo militar-industrial (Marini, 1974, Prefácio). Além disso, o Estado é responsável também por assegurar a expansão para o exterior, como mostra a passagem abaixo:

Se entiende, pues, la necesidad de asegurar la plena circulación del capital así invertido, es decir, de abrir camino a su realización. Señalamos ya que el Estado intervino activamente en este sentido, creando o subsidiando la demanda (interna y externa) para a la producción. Se ocupó, también, de asegurar campos de inversión en el exterior, mediante operaciones de las empresas estatales, créditos intergubernamentales o garantías a operaciones privadas en países de América Latina y Africa. (Marini, 1977, p.19)

Marini (1977) deixa claro a importância decisiva dessa função no capitalismo dependente em:

La extremada concentración del ingreso que rige en la región es la contrapartida necesaria de la estratificación que se ha ido verificando a nivel del aparato productivo. Esto hizo, además, indispensable la intervención directa del Estado, que no sólo actúa como creador de demanda, sino que suprime obstáculos a la realización de la producción e incluso la incentiva artificialmente, absorbiendo parte de los costos. Con todo, la industria latinoamericana es incapaz de satisfacerse con el mercado interno y cuento con limitacion es estructurales para proceder a ampliarlo en forma acelerada. Se le impone, pues, abrirse al exterior, lo que ha convertido la exportación de manufacturas en la consigna más sentida del gran capital extranjero y nacional en América Latina. (p.13)

Em *Estado e Crise* (1977a), Marini sugere indicadores para observar a relevância dos gastos do Estado como elemento da realização. Um deles é a relação entre o gasto público na economia brasileira e PIB. Marini, usando dados compilados por Baer et al¹², mostra que, em 1950, a proporção dos gastos públicos representava 20% do PIB (excluindo os gastos derivados das empresas governamentais), enquanto que , em 1969, essa proporção era de 34% (considerando os gastos das empresas governamentais federais essa cifra chegaria à metade do PIB). Dessa forma, o Estado ampliava sua presença como ator na economia brasileira. “Esto da una idea de la importancia del Estado como agente económico en Brasil y es razón suficiente para, en cualquier circunstancia, preocuparse de la política económica del gobierno, cuando se quiere analizar la economía de ese país.”

O Estado exerce influência considerável sobre o curso da acumulação capitalista no Brasil através seja das encomendas públicas, seja dos subsídios diretos ou indiretos às empresas privadas, seja dos mecanismos de crédito. Segundo Marini, os subsídios diretos no

¹² Werner Baer e outros, “As modificações do papel do Estado na economia brasileira”, **Pesquisa e planejamento econômico**. n. 3 (4), Rio de Janeiro, dezembro de 1973, pp. 898 e 905.

Brasil passam da metade da arrecadação total do Estado em impostos diretos e as isenções de impostos concedidas aos exportadores de manufaturas- os subsídios indiretas- chegam a 50% do custo de produção dos artigos exportados.

Luce (2011, p.136-137) argumenta que o significativo montante dos subsídios diretos e indiretos em determinados setores “tende a permitir a realização de uma mais-valia extraordinária pelas empresas fabricantes daqueles produtos”, ao mesmo tempo, em que possibilita também “uma mais-valia extra para os ramos exportadores que gozam daquelas subvenções, o que configura uma transferência inter-setorial de mais-valia para estes setores que podem manter seu dinamismo graças, em parte, ao apoio dado pelo Estado”.

Além dos subsídios e do crédito, Marini (1977a) expõe a importância do investimento estatal no esquema de realização do subimperialismo na medida em que criam demanda para o capital privado. Tanto nos setores de infra-estrutura e serviços básicos, quanto nos novos ramos que não são ainda lucrativos ou que exigem um capital mínimo bastante elevado, os investimentos estatais garantem, muitas vezes, a própria reprodução desses capitais privados. Nesses casos, o Estado opera em associação com o capital privado, seja para assegurá-lo contra o risco, seja para criar o volume de capital necessário para possibilitar a acumulação¹³.

Outro elemento a ser considerado para a análise do papel do Estado como promotor de demanda são as empresas estatais, paraestatais ou mistas. Para Marini (1978), não se pode descuidar, no exame do gasto público, os gastos dos governos municipais e suas empresas, que mobilizam somas elevadas. Vejamos o gasto público das empresas estatais:

En 1971, entre las 25 mayores firmas de Brasil, en términos de activos, *diecisiete* pertenecían al gobierno y acaparaban el 82% de los activos del grupo, así como el 31% de las ventas. El Estado detentaba, respecto al valor de los activos de la rama, el 72% en la industria siderúrgica, el 60% en la minería de hierro, el 81% en la explotación, refino y distribución de petróleo; tenía, además, el cuasi monopolio del transporte por ferrocarril y de las comunicaciones, y controlaba cerca del 70% del transporte marítimo. Reemplazará los subsidios presupuestarios por subsidios que no constituyen directamente desembolsos, como los incentivos fiscales (que equivalía a cerca de la mitad de la recaudación por concepto de impuestos directos) y crediticios. Disponía del control del crédito y contaba con el mayor banco comercial del país: el Banco do Brasil (...), cuatro instituciones federales de crédito y 32 bancos comerciales y de fomento. Ignorar este conjunto de elementos, cuando se trata de evaluar el impacto del Estado en el proceso de realización de mercancías, parece realmente inconcebible. (...). (Marini, 1978)

¹³ “El examen de la inversión bruta fija en Brasil, en 1969, nos muestra que el gobierno participó en su formación con un 34% y las empresas estatales con un 27%. El porcentaje total mediante el cual el Estado determinó la inversión fija ha sido de un 60%, quedándole al capital privado menos del 40%” Dados compilados por Baer et al. (Marini, 1977a)

Vale ressaltar também que a construção de um complexo militar-industrial foi um relevante mecanismo de criação de demanda, sobretudo para a indústria pesada, além de contribuir para a consolidação da hegemonia regional brasileira que veremos na próxima seção. Para Marini, os investimentos do Estado na indústria bélica refletem uma simbiose de interesses. A grande burguesia via no desenvolvimento da produção bélica uma fonte de demanda inestimável, através dos contratos com o Estado a preços garantidos e uma série de outras vantagens. Já, para a equipe tecnocrático-militar, a consolidação desse setor representava um elemento de poder determinante para executar o projeto “Brasil potência”. Na conjunção de ambas as aspirações, encontrava-se uma das válvulas de escape à limitação do mercado da economia brasileira. (Luce, 2011)

Marini (1978) apresenta, a seguir, alguns indicadores representativos do aumento do gasto militar e da participação da indústria bélica nas exportações brasileiras para tornar mais evidente sua função de promotor de demanda, cumprindo, desse modo, um papel no esquema de realização do subimperialismo.

Lo primero a considerar es que, desde el punto de vista del presupuesto público, los gastos militares han presentado incremento, habiendo su participación en el mismo aumentado de un 15.2% en 1963 a un 25% en 1965 (Fishlow). Estimados como porcentaje del PIB, dichos gastos han oscilado en torno a un 2%, salvo años excepcionales, a juzgar por los datos que proporciona el SIPRI. El IISS, aunque maneje cifras más bajas, en relación con el presupuesto público (en torno a un 10%, los últimos años) y el PIB (en torno a 1,3%). Esta última estimativa parece dudosa, una vez que, según Fishlow, sólo las remuneraciones de los militares habían correspondido, en 1965, a un 1,3% del PIB. Quedaría todavía por determinar si las remuneraciones de los militares se refieren exclusivamente a las fuerzas armadas o comprenden también los servicios de orden y seguridad.

Diante desse quadro, reúnem-se diversas evidências apontando a presença do Estado no esquema de realização de mercadorias do subimperialismo e na garantia da reprodução ampliada do capital, no capitalismo brasileiro.

Assim sendo, o subimperialismo desloca os problemas de realização da economia dependente através da mobilização de expedientes que possibilitam restaurar a unidade entre produção e realização do valor permitindo a continuidade da reprodução ampliada do capital. No entanto, vale ressaltar que Marini escolheu o termo subimperialismo e não simplesmente para expressar as contradições aos problemas de realização do capital à crise dos anos 60. Isso porque o esquema de realização de mercadorias do capital dependente é apenas uma das dimensões que o fenômeno subimperialismo engendra. (Luce, 2011)

3- A política expansionista relativamente autônoma: um debate sobre a Cooperação antagonica e hegemonia regional

O subimperialismo não um fenômeno estritamente econômico. O que faria um país medianamente industrializado projetar-se como subimperialista? Marini (1977) argumenta que

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, uma **política expansionista relativamente autônoma**, que não só é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas também se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo a escala internacional ¹⁴(p. 17, grifo meu).

Segundo Luce (2011), “parece-nos seguro afirmar que quando Marini falava em política expansionista relativamente autônoma, ele estava falando simultaneamente da cooperação antagônica com o imperialismo dominante e de uma política de hegemonia regional”. Vamos, então, a esses dois conceitos para compreender essa dimensão do subimperialismo.

O conceito de cooperação antagônica remonta ao marxista alemão Augustin Thalheimer que o elaborou para a análise da nova conjuntura mundial pós-II Guerra. O contexto inaugurado pela Guerra Fria e a necessidade de reconstrução da economia dos países capitalistas derrotados e destruídos pela guerra faz emergir uma nova situação na política internacional, trazendo a reacomodação das rivalidades interimperialistas em lugar do confronto aberto. Marni (1974) destaca que:

Em um momento em que a dominação norte-americano parecia inconstável frente a destruição européia que se seguiu a guerra mundial, Talheimer foi lúcio o suficiente para perceber que o próprio processo de integração ou cooperação, acentuando-se, desenvolveria suas contradições internas. Isso foi, sobretudo, verdadeiro no que se refere aos demais países industrializados que, sujeito a penetração dos investimentos norte-americanos, se tornaram, por sua vez, centro de exportação de capitais e, simultaneamente, estenderam suas fronteiras econômicas no processo ecumênico de integração imperialista. As tensões que envolviam os vários centros de desigual grandeza (como, por exemplo, França e Estados Unidos), embora não possam, como no passado, chegar a hostilidade aberta e tenham que manter-se no marco da cooperação antagônica, obstaculizando o processo de integração, abrem fendas na estrutura do mundo imperialista e atuam vigorosamente em benefício do que tende a destruir as mesmas bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos. (p.61)

Ao refletir sobre a problemática do países dependente, Marini expande a formulação do teórico alemão para pensar a realidade latino-americana e argumenta que:

¹⁴ “(...) é perceptível em Marini que essa nova categoria foi cunhada não apenas para emprestar significado à sua interpretação do processo histórico brasileiro. Este trecho pode ser considerado como aquele, entre todos seus escritos, onde mais se destaca a preocupação de enunciar as variáveis do subimperialismo, a fim de contribuir para uma teorização mais ampla sobre o fenômeno em questão”. (Luce, 2011)

há que advertir, com efeito, que não é somente a nível das relações entre os países industrializados que o processo de integração imperialista alenta sua própria negação. Isso se dá, principalmente a nível das relações entre esses países e os povos colonizados, e reside ali sem dúvida o fator determinante que o encaminha para a frustração. A exportação de capitais e de tecnologia em direção a essas nações impulsiona, de fato, o desenvolvimento de seu setor industrial, contribuindo a criar novas situações de conflito, **desde os pontos de vista interno e externo** e a propiciar uma crise que altera as próprias condições em que se realiza essa industrialização. (Idem,ibidem, p. 61, grifos meu).

Dessa forma, a exportação de capitais dos países dominantes para uma economia como a brasileira e suas conseqüências que apresentamos engendram um novo tipo de conflito entre a economia dependente e o imperialismo. Além disso, o crescimento da importância da produção industrial e do capital bancário deu origem a um processo de diferenciação interna da burguesia que trouxe à tona uma série de novas contradições¹⁵ no seio da sociedade brasileira. A dinâmica de ambos os conjuntos de contradições assumiu a lógica de cooperação antagônica.

Marini (1974) ampliou, assim, o uso desta categoria para outros dois níveis de análise: a relação contraditória que se dava tanto no terreno das relações entre as frações da burguesia dependente, como entre a economia dependente e o imperialismo. Em *Subdesarrollo e Revolucion*, Marini expõe que

A reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, no marco da integração imperialista e frente ao recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implantação de regimes militares de corte essencialmente tecnocrático. Sua tarefa é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários à implementação de uma nova ordem econômica que a integração imperialista requer; por outro lado, reprimir tanto as aspirações de progresso material como os movimentos de reformulação política produzidos pela ação das massas. Reproduzindo à escala mundial a cooperação antagônica levada a cabo no interior do país, ditos regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico: Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se chocam continuamente com este, em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados. (MARINI, 1974, p. 19-20).

Vale destacar nessa passagem que as tensões que se estabelecem entre a burguesia dependente e os países imperialistas são relações mediadas pelo Estado. Isso porque a burguesia nativa não pode competir diretamente dado sua condição de dependência.

¹⁵ Marini (1974) coloca que “Internamente, la industrialización se expresa, en un país rezagado, en la agudización de contradicciones sociales de varios tipos: entre los grupos industriales y los latifundistas-exportadores; entre la industria y la agricultura de mercado interno; entre los grandes propietarios rurales y el campesinado; y entre los grupos empresariales y la clase obrera, así como la pequeña burguesía. La diversificación económica se acompaña, pues, de una complejidad cada vez mayor en las relaciones sociales, que opone, en primer término, los sectores de mercado interno a los de mercado externo y luego, en el corazón de ambos, a los grupos sociales que los constituyen.” (p.61-62)

Luce (2011) aponta que o debate acerca do papel da cooperação antagônica não nega que o processo de integração imperialista conduz à reorganização dos sistemas de produção e este se dá em condições de cooperação *com* e integração *ao* imperialismo dominante. No entanto, isso não significa, necessariamente, os capitais nativos são anexados pelo capital estrangeiro. Os capitais da burguesia interna podem construir também relações antagônicas com o imperialismo. Relações essas que expressam tanto uma necessidade de garantir sua reprodução ampliada como podem ser mecanismo de conciliação dos interesses de sua diversas frações.

Assim sendo, apesar das contradições do desenvolvimento apontarem para um integração com o imperialismo, a burguesia brasileira e o projeto tecnocrático-militar buscaram obter concessões, estabelecendo uma relação de cooperação antagônica. Se, por um lado, incentivavam a entrada de capitais externos, o processo de integração do capitalismo, por outro, negociava um inserção diferenciada na acumulação mundial de capitais. A correlação de força favorável entre o país dependente e o imperialismo podiam ser estabelecida pela posse de determinados recursos naturais, como o petróleo, por uma determinada conjuntura, ou por mecanismos possibilitam a prática de barganhas.

Marini destaca que, embora sob uma correlação de força favorável, os países centrais impunham limites a expansão subimperialista, ou seja, o caráter dependente não é eliminado. A seguir, nosso autor relata dois exemplos:

Dois exemplos – a questão nuclear e a do café solúvel – puseram em destaque as dificuldades que teriam de ser superadas no plano externo a fim de que se implementara a política subimperialista. Com a primeira, a posição do regime militar brasileiro, independentemente dos matizes que lhe deram os governos de Castelo Branco e o de Costa e Silva, foi a de atrair uma cooperação mais estreita dos Estados Unidos com o propósito de aumentar o peso de seu poderio militar, mas também a de dotar a indústria nacional de uma superioridade efetiva sobre os países medianamente desenvolvidos (além de criar maiores perspectivas para a absorção da indústria pesada). Com o estímulo à produção e exportação de café solúvel, se observou como tratava o governo de promover a dinamização da indústria leve, sem recorrer para isto à ampliação do mercado interno. Em ambos casos, os esforços brasileiros foram obstaculizados pelos Estados Unidos mostrando assim os limites dentro dos quais estavam dispostos a aceitar a política subimperialista (MARINI, 1974, p.109).

A relação cooperação antagônica como imperialismo dominante busca angariar espaços para a reprodução do capitalismo dependente, estabelecendo, com isso, com uma autonomia relativa no marco da dependência. Dessa forma, a cooperação antagonica é um dos elementos do subimperialismo a ser compreendido. Segundo Luce (2011), “pode-se afirmar que o conceito de cooperação antagônica constitui o nexo que estabelece as mediações analíticas entre a dependência e a política expansionista relativamente autônoma que o subimperialismo põe em marcha.” (p.147)

Segundo Luce (2011), Marini atribuiu dois significados ao tipo de expansionismo inaugurado pelo subimperialismo. Um deles é a busca de uma autonomia relativa frente ao imperialismo dominante, expressa na categoria da cooperação antagônica que acabamos de apresentar. O outro é a perseguição do objetivo da hegemonia regional. Ambos podem ser sintetizados no que Marini chamou de política expansionista relativamente autônoma e cumprem a função de assegurar condições mais favoráveis para a reprodução do capital da burguesia dos países subdesenvolvidos dentro de sua dependência.

Vamos analisar agora como se deu a construção da hegemonia¹⁶ regional da economia brasileira. Nas décadas de 60 e 70, o regime tecnocrático-militar buscou construir uma política que buscava fazer do capitalismo brasileiro um subcentro hegemônico, a partir de um relação de cooperação antagônica entre os capitais nacionais e estrangeiros. No entanto, a competição entre Brasil e Argentina pela hegemonia do cone sul seria de intensas disputas¹⁷. Suplantar as ambições argentinas era, com isso, um imperativo para o capitalismo brasileiro garantir espaços de inversão para os capitais brasileiros.

Esse objetivo foi alcançado. A hegemonia brasileira na região se consolidou na medida em que foi exitoso o plano de atrair e impulsionar os investimentos que transformaria o parque industrial brasileiro a um dos dez maiores na produção mundial de automóveis ou ao posto de segundo maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo. Com isso, “independentemente dos esforços de Argentina e outros países para chegar a um grau subimperialista, só o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno dessa natureza” (Marini, 1974, p. 31).

Nesse sentido, o status de potência hegemônica regional levou a economia Brasil à condição de exportadora de manufaturados. O diversificado parque industrial diferenciava o Brasil de outras nações latino-americanas que se aprofundavam na especialização produtiva. Além da exportação de manufaturados, um outro traço importante do subimperialismo brasileiro foi o

¹⁶ Segundo Luce (2011), “no texto de Marini, não há uma explicitação da acepção com que ele empregava a categoria de hegemonia. A hegemonia em Marini serviu para caracterizar a relação entre o regime subimperialista do Brasil e as demais ditaduras militares instaladas no Cone Sul, em países que se tornaram esfera de influência imediata do capitalismo brasileiro: Bolívia, Paraguai e Uruguai.” (p. 145)

¹⁷ Essa competição poderia ser ilustrada com as disputas de influência que se estabelecem entre os dois países com relação a Paraguai e Uruguai, porém é ainda mais nítida no que se refere à Bolívia, pela importância deste país no que constitui o ponto crítico do problema: a indústria siderúrgica. Com efeito, os avanços realizados pelo Brasil neste campo foram tão notáveis, na década dos 50, que ainda puseram a Argentina em dependência da produção brasileira: em 1965, os produtos siderúrgicos representavam mais de um terço da exportação brasileira de manufaturas e foram absorvidos em sua quase totalidade pela Argentina. A preocupação por este fato se manifestou com vigor depois do golpe de Estado de junho [1966], provocando pronunciamentos alarmistas da Confederação Industrial da Argentina e de jornais com tendências tão divergentes como *Primera Plana* e *Clarín*. (Marini e Pellicer de Brody, 1967, p.8-9 apud Luce, 2011, p.141)

controle de matérias-primas e de fontes de energia no exterior, cujo o objetivo era reduzir os custos do capital constante . Um exemplo de envergadura foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Dessa forma, a hegemonia regional pôs em andamento uma divisão regional do trabalho em benefício do capital subimperialista que se caracteriza pela apropriação do valor das nações mais débeis e que conformam uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução ampliada do capital do país subimperialista.

Em suma, o expansionismo expresso na busca da hegemonia regional e na construção de uma política de cooperação antagônica configuram duas dimensões centrais para a compreensão do fenômeno do subimperialismo. A política expansionista relativamente autônoma pode ser resumida, portanto, como, resultado da permanência do país sob a hegemonia exercida pelo imperialismo dominante, porém negociando pela uma esfera de influência própria, com relativa autonomia.

Considerações Finais

Marini afirma, em *Dialética da Dependência*, que o subimperialismo é um fenômeno com dimensões no âmbito político, econômico e sociológico e todas elas devem ser analisadas com a devida atenção. A primeira se expressa pela política expansionista do subimperialismo. A dimensão sociológica corresponde ao reestabelecimento da unidade contraditória das frações burguesas através da cooperação antagônica. A dimensão econômica refere-se à ascensão dos subcentro da acumulação e à restauração da unidade entre produção e realização do valor. O subimperialismo é resultado, assim, de um conjunto de contradições que o capitalismo dependente engendrou combinado com uma determinado momento histórico da acumulação mundial do capital.

Por fim, cabe destacar que o fenômeno do subimperialismo suscita inúmeras questões que não foram tratada aqui por falta de espaço e/ou por ainda precisar de maiores estudos. Por exemplo, qual a relação do subimperialismo com as teorias do Imperialismo clássico? Em que medida o subimperialismo é distinto dos conceitos de semiperiferia, imperialismo menor?

Referência Bibliográficas

BUENO, F, SEABRA, R. A Teoria do Subimperialismo Brasileiro: notas para uma (re) discussão contemporânea. In: *Anais do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 2009.

- CARCANHOLO, M. Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, Superexploração da Força de Trabalho e Política Econômica. In: *Revista Economia Contemporânea*, vol.12, n°2, p 247-272. Rio de Janeiro, 2008.
- LUCE, M. *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de um conceito.* Tese Doutorado em História, UFRGS. Rio Grande do Sul, 2011.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberta (org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973a].
- _____. Sobre a Dialética da Dependência. In: STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberta (org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973b].
- _____. *Subdesarrollo y Revolucion.* México: Siglo XXI, 1974. 5°ed.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In: *Cuadernos Políticos* n° 12. México: Ediciones Era, 1977.
- _____. Estado y crisis en Brasil. In: *Cuadernos Políticos* n° 13. México: Ediciones Era, 1977a.
- _____. Las razones del neodesarrollismo (**respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra**). In: **Revista Mexicana de Sociología.** Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978.
- _____. Memória. In: STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini. Vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1990].